



ANACONDA INDUSTRIAL E AGRÍCOLA DE CEREAIS S.A.

CNPJ/MF nº 60.728.029/0001-16 – Companhia Fechada

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS | 2019

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Nota	2019	2018
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	107.900	128.540
Contas a receber de clientes	8	41.457	49.425
Estoques	9	118.812	105.866
Impostos a recuperar	10	46.175	10.444
Adiantamento a fornecedores		8.534	41
Demais contas a receber		1.026	678
Total do ativo circulante		323.904	294.994
Não circulante			
Impostos a recuperar	10	3.430	9.562
Depósitos judiciais	19	1.237	1.822
Propriedade para investimentos	11	4.819	5.140
Imobilizado	12	103.371	101.961
Intangível	13	1.284	1.754
Ativos de direito de uso	14	2.882	–
Total do ativo não circulante		117.023	120.239
Total do ativo		440.927	415.233

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital Social	Legal	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
			Incentivos Fiscais	Retenção de Lucros		
Em 1º de janeiro de 2018	168.943	33.789	–	136.185	–	338.917
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	98.812	98.812
Transações com acionistas	–	–	–	–	(20.867)	(20.867)
Juros sobre o capital próprio – R\$0,412 por ação (Nota 21)	–	–	–	–	(55.031)	(55.031)
Pagamento de Dividendos (Nota 21)	–	–	–	–	(55.031)	(55.031)
Destinações	–	–	–	–	(1.976)	(1.976)
Dividendos propostos – R\$ 0,039 por ação	–	–	–	–	75.969	(75.969)
Retenção de Lucros	–	–	–	–	75.969	(75.969)
Total das Destinações	–	–	–	–	157.103	(157.103)
Em 31 de dezembro de 2018	168.943	33.789	–	157.103	–	359.835
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	130.699	130.699
Transações com acionistas	–	–	–	–	–	–
Juros sobre o capital próprio – R\$0,412 por ação (Nota 21)	–	–	–	–	(20.867)	(20.867)
Pagamento de dividendos (Nota 21)	–	–	–	–	(70.287)	(70.287)
Destinações	–	–	–	–	(70.287)	(70.287)
Dividendos propostos – R\$ 0,030 por ação	–	–	–	–	(1.539)	(1.539)
Reservas de Lucros	–	–	–	–	108.740	(108.740)
Reservas incentivos fiscais	–	–	–	–	(54.994)	(54.994)
Total das Destinações	–	–	–	–	54.547	(54.547)
Em 31 de dezembro de 2019	168.943	33.789	–	108.740	86.369	397.841

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações Gerais

A Anaconda Industrial e Agrícola de Cereais S.A. (ou "Companhia") foi constituída em 27 de novembro de 1951, com sede na cidade de São Paulo, sendo seus acionistas pessoas físicas e jurídicas. A Companhia tem por objeto social: (i) a industrialização e comercialização de farinhas em geral e misturas prontas, bem como os seus derivados, tais como gérmen de trigo e farelo de trigo; (ii) a fabricação e comercialização de produtos alimentícios em geral para consumo humano; (iii) a industrialização e o comércio de produtos destinados à alimentação animal; e (iv) importações de produtos que se relacionam com seu objeto social. A Companhia opera com duas fábricas industriais localizadas em São Paulo – São Paulo e Curitiba – Paraná as quais estão interligadas com suas sete filiais (2018 – seis filiais). A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 17 de março de 2020.

2. Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados exceto pela adoção dos novos pronunciamentos contábeis que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019 conforme descrito na nota seguinte.

2.1. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações – (a) Pronunciamentos contábeis em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019:

A seguir, apresentamos os pronunciamentos novos ou revisados que entraram em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019. (i) **CPC 06 (R2) – Arrendamento:** Em janeiro de 2016 o IASB emitiu a IFRS 16 – "Leases" e em dezembro de 2017 foi emendado o CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil, a referida norma passou a vigorar em 1º de janeiro de 2019. A norma introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece o direito de uso de um ativo, que representa o período em que a Companhia possui controle sobre o uso do ativo arrendado, e o correspondente passivo de arrendamento, que representa a sua obrigação de efetuar os pagamentos do arrendamento associado ao ativo arrendado. Isenções estão disponíveis para arrendamentos com prazo de vigência inferior a um ano e itens de pequeno montante. A contabilização do arrendador permanece semelhante à normal atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em arrendamentos ou operacionais.

Arrendamentos em que a Companhia atua como arrendatária:

Após avaliação e inventário dos contratos a Companhia reconheceu novos ativos relacionados aos contratos de arrendamento de locação de imóveis operacionais (sele contábil). A natureza das despesas relacionadas a esses contratos de arrendamento mudou, uma vez que a Companhia passará a registrar o direito de uso do ativo como despesa de depreciação e não como despesa financeira de juros. Anteriormente, a Companhia reconhecia os contratos de arrendamento operacional como uma despesa operacional, e de forma linear, durante o prazo de vigência dos contratos de arrendamento. Isenções: Durante os estudos preliminares foram identificados contratos de alugueis que estão dentro do escopo de isenções da norma, que são: (i) Prazo de vigência menor do que um ano, (ii) Contratos de baixo valor, (iii) Contratos em que o valor do aluguel tenha como base valores variáveis, (iv) Contratos de alugueis em que a Companhia não possui o controle do ativo, (v) Não possuem um prazo determinado. Os contratos de arrendamento identificados e que estão dentro do escopo de isenção estão representados substancialmente por contratos de aluguel para armazenagem de matéria prima e aluguel de impressoras. Transição e resultados: A Companhia aplicou o CPC 06 (R2), usando a abordagem prospectiva de transição. Essa abordagem não exige a representação de ajustes de abertura, não impacta o patrimônio líquido, bem como o cálculo dos dividendos e possibilita a utilização de expedientes práticos, detalhados abaixo. Na transição, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados à taxa incremental de financiamento. O direito de uso dos ativos foi mensurado pelo valor atual do passivo de arrendamento. A Companhia aplicou o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamento na transição. Isso significa que o CPC 06 (R2) foi aplicado a todos os contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019 que eram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06 (R1) e o IASB 17. Os efeitos da adoção do CPC 06 (R2) estão divulgados na nota explicativa nº 14. (ii) **IFRIC 23 – Incerteza sobre o Tratamento do Imposto de Renda:** A Companhia adotou as alterações à IFRS 23 pela primeira vez no exercício corrente. A IFRS 23 descreve como determinar a posição fiscal e contábil quando houver incerteza sobre o tratamento dos tributos sobre o lucro (IFR 1 e CSDL). A interpretação requer que a Companhia determine se as posições fiscais incertas são avaliadas separadamente ou como um grupo. • Avalie se é provável que a autoridade fiscal aceite a utilização de tratamento fiscal incerto, ou proposta de utilização, por uma entidade nas suas declarações de imposto de renda. • Em caso positivo, a Companhia deve determinar sua posição fiscal e contábil em linha com o tratamento fiscal utilizado ou a ser utilizado nas suas declarações de imposto de renda. • Em caso negativo, a Companhia deve refletir o efeito da incerteza na determinação da sua posição contábil e fiscal utilizando o valor mais provável ou o método do valor esperado. (b) **IFRSs novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis:** Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não aplicáveis:

IFRS 17 – Contratos de Seguros; IFRS 10 – Demonstrações Consolidadas e IAS 28 (alterações) – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou "Joint Venture"; Alterações à IFRS 3 – Definição de Negócios; Alterações à IAS 1 e IAS 8 – Definição de Material; Estrutura Conceitual – Estrutura Conceitual nas Normas; IFRS: A Administração não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros.

2.2. Base de preparação:

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras consolidadas é determinado nessa base, exceto por operações de arrendamento mercantil que estão inseridas no escopo do CPC 06 (R2) – Arrendamentos e mensurações que tenham algumas similaridades ao valor justo, mas não sejam valor justo, como valor em uso no CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior incerteza são tratadas como áreas nas quais as emissões de informações são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 3, que correspondem à perda estimada de créditos de liquidação duvidosa, receita de contratos de clientes, instrumentos financeiros e provisão para contingências.

2.3. Conversão de moeda estrangeira: (a) Moeda funcional e moeda de apresentação:

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$ (reais), que é a moeda funcional da Companhia, e, também, a sua moeda de apresentação. (b) **Transações e saldos:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, quando os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do líquido do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidas na demonstração do resultado, no resultado financeiro em variação cambial líquida. As principais alterações em moeda estrangeira da Companhia correspondem às contas a pagar de fornecedores relacionados às importações de trigo e de máquinas e equipamentos. 2.4. **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, resgatáveis a qualquer momento e com um risco insignificante de mudança de valor. 2.5. **Instrumentos financeiros – 2.5.1. Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros:** Conforme o CPC 48, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado em três categorias: a custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) ou ao valor justo pelo método do resultado (VJR). A classificação dos ativos financeiros segundo o CPC 48 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. Em 31 de dezembro de 2019, os ativos financeiros da Companhia estão substancialmente representados por aplicações autônomas em depósitos bancários em Certificados de Depósito Bancário (nota explicativa nº 7) e contas a receber de clientes (nota explicativa nº 8). Esses ativos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado. 2.5.2. **Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia tem como prática não operar com instrumentos financeiros derivativos, exceto em situações específicas de importação de equipamentos, cuja proteção se dá por compromissos firmes, mudança no valor justo da compensação entre o item e instrumento é registrada diretamente no resultado. 2.6. **Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de farinha de trigo, misturas prontas, bem como derivados de trigo, tais como gérmen e farelo de trigo e de seus derivados, no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensura-

das pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas de créditos esperadas ("impairment"). O "impairment" do contas a receber é estabelecido quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor do "impairment" do contas a receber é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. 2.7. **Estoques:** Os estoques, compostos de trigo in natura, semelaborado e produtos acabados derivados do trigo, são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é pela média ponderada móvel de aquisição ou de fabricação. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e gastos gerais de produção relacionados (com base na capacidade operacional normal). Os estoques são avaliados quanto ao seu valor recuperável nas datas de balanço. Em caso de perda por desvalorização ("impairment"), esta é imediatamente reconhecida no resultado. Estoques incluem ainda materiais de manutenção (almoxarifado) e outros materiais não registrados com base no custo de aquisição e baixados como custo da produção por ocasião do consumo ou obsolescência. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação. 2.8. **Adiantamentos a fornecedores:** As contas de adiantamentos a fornecedores são avaliadas pelo custo e registradas no estoque na conta "estoques e importações em andamento", e estão relacionados a antecipações de caixa e equivalentes de caixa para fornecedores de trigo. As contas de adiantamento a fornecedores para aquisição de bens do ativo imobilizado são avaliadas pelo custo e registradas no imobilizado na conta de "imobilizado em andamento". 2.9. **Propriedades para investimento:** Propriedade para investimento são propriedades e edificações mantidas pelo proprietário, ou pelo arrendatário segundo contrato de arrendamento financeiro, para rendimento de alugueis ou valorização do bem, e não para: (a) uso na produção de bens ou serviços ou para fins administrativos; ou (b) venda no curso das atividades normais do negócio. A Companhia é proprietária de galpões em São Paulo que são mantidos para rendimentos de alugueis de longo prazo e para valorizações. Os imóveis não são ocupados pela Companhia. Possui ainda um imóvel em Curitiba sem ocupação por terceiros. A Companhia não decidiu sobre quaisquer tipos de operação que será exercido neste imóvel. A propriedade para investimento é contabilizada pelo custo menos depreciação e qualquer provisão para perda acumulada. O custo representa o custo histórico de aquisição. O valor justo dos imóveis utilizados como propriedade para investimento, estimado por profissional especialista e independente, está divulgado na nota explicativa nº 11. 2.10. **Imobilizado:** Terrenos e edificações compreendem, principalmente, os imóveis localizados em São Paulo e Curitiba, e a sede corporativa em São Paulo. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os custos subsequentes não incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado e todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A Companhia adota como procedimento revisar periodicamente os bens do ativo imobilizado para verificação de possíveis perdas. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando o seu custo e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Em anos
Vida útil	30 a 70
Edificações	5 a 38
Máquinas e equipamentos	5
Equipamentos de informática e veículos	10
Móveis e utensílios	5
Benefícios em terrenos	10
Benefícios em imóveis de terceiros	(*)

(*) De acordo com o prazo de locação do imóvel.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidos" na demonstração do resultado.

2.11. Ativos intangíveis – (a) Softwares:

As licenças de softwares são classificadas como base nos custos incorridos para adquirir os softwares e para desenvolvê-los. Os custos incorridos para desenvolver softwares são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de até cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos: • É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso. • A Administração pretende concluir o software e usá-lo vendê-lo. • O software pode ser gerado ou usado. • Pode-se demonstrar que é provável que o software gere benefícios econômicos futuros. • Recursos disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros necessários para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software. • O gasto atribuído ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como custos não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos. 2.12. **"Impairment" de ativos não financeiros:** Os ativos são revisados para a verificação de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por "impairment" é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do "impairment", os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs). Os ativos não financeiros que tenham sido ajustados por "impairment", são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do "impairment" na data do balanço. 2.13. **Contas a pagar aos fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são substancialmente representadas por obrigações a pagar por compra de trigo e de bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até 1 ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. As contas a pagar aos fornecedores são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. 2.14. **Provisões para riscos:** As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou futura formalizada quando resultado de um evento ou condição; e (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor possa ser estimado com segurança. Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e são constituídas em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir perdas prováveis, sendo atualizadas até as datas dos balanços, observada a natureza de cada risco e apoiada na opinião dos advogados da Companhia. 2.15. **Imposto de renda e contribuição social diferido:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem o imposto corrente e diferido e são reconhecidas na demonstração do resultado. O imposto de renda e contribuição social corrente e diferido são calculados às alíquotas de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas ou substancialmente promulgadas na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social diferido são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social, diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes. 2.16. **Benefícios a funcionários:** O reconhecimento da participação dos funcionários nos lucros é efetuado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Companhia. As participações nos resultados pagos ou creditados aos funcionários são calculadas mediante objetivos estabelecidos previamente e registradas com o devido apontamento no sindicato da categoria. 2.17. **Capital social:** As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. A Companhia possui ações preferenciais que não dão direito a voto, mas usufruem de vantagens como a prioridade no reembolso do capital em caso de liquidação da sociedade e participam em igualdade de condições com as ações ordinárias em quaisquer outras vantagens. 2.18. **Reconhecimento da receita – (i) Vendas de produtos:** As receitas de venda da Companhia advêm principalmente da industrialização e venda

de farinhas em geral e misturas prontas, bem como os seus derivados, tais como, gérmen de trigo e farelo de trigo, destinados em geral para o consumo humano e para alimentação animal. Para essas vendas, consideradas sem obrigação subsequente de desempenho, as receitas são reconhecidas no momento em que o controle do ativo é transferido para os clientes, que ocorre principalmente na transferência do controle do produto ao cliente, cujo momento é no local de destino definido pelo cliente. Ainda assim, outras transações da Companhia sujeitas à avaliação segundo o CPC 47 estão representadas por contraprestações variáveis associadas aos acordos comerciais onde mercadorias podem ser comercializadas – com descontos, os quais são substancialmente negociados promovidas pelos clientes em seus pontos de venda e pela Companhia em feiras e eventos. A receita de vendas reconhecidas nas demonstrações financeiras contempla os valores justos das transações ocorridas que, segundo as naturezas das negociações consideram valores de venda e de recebimento de clientes, complementados por recebimentos de consumidores. As receitas são reconhecidas líquidas dos descontos comerciais e das devoluções. (ii) **Devolução e cancelamento:** Para contratos que permitem ao cliente devolver um item, de acordo com o CPC 47, a receita é reconhecida na extensão em que seja provável que uma reversão significativa não ocorrerá. O valor da receita reconhecida é contabilizado líquido das devoluções e cancelamentos esperados. (iii) **Descontos comerciais e negociações comerciais na venda de mercadorias:** A contraprestação variável da Companhia está substancialmente representada por acordos comerciais onde os produtos são comercializados com descontos os quais são, substancialmente, negociações promovidas em pontos de venda dos clientes e em outras diversas formas. Essas negociações são individuais e distintas entre os clientes e podem apresentar características e naturezas complexas. Os principais acordos firmados entre a Companhia e clientes, são ações comerciais de pontos extras, inaugurações de lojas, comemoração de aniversário de contrato e bonificação. As bonificações estão atreladas ao volume de vendas, tendo como parâmetro variações das compras anuais dos clientes ou previsão contratual de volumes. A Administração analisou estas contraprestações variáveis e concluiu que o processo de reconhecimento da redução do custo da mercadoria associada a esses programas não produziu impactos financeiros nas contas patrimoniais ou de resultado, considerando o reconhecimento contábil que vinha sendo adotado anterior a adoção do CPC 47. 2.19. **Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. 2.20. **Distribuição de dividendos:** Nos termos do Estatuto Social da Companhia, aos titulares de ações de qualquer espécie será atribuído em cada exercício dividendos mínimos de 2% do lucro líquido ajustado. 2.21. **Juros sobre capital próprio:** Com base no estatuto social da Companhia, a distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados em Assembleia Geral. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base nas premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social estão relacionadas e contempladas abaixo: (a) **Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa:** As contas a receber de clientes da Companhia são controladas por faixa de vencimento dos respectivos clientes. A provisão para perdas estimadas de créditos é apurada tendo como referência as perdas históricas e potenciais riscos de perda futuros, tais como deterioração do contas a receber, problemas de crédito associados a uma categoria de clientes e etc. A Administração da Companhia realiza uma análise criteriosa de concessão de crédito aos clientes e bloqueia pedidos de venda ao primeiro sinal de risco de crédito (atrasos, principalmente), que são reestabelecidos após regularização. Trata-se de uma estimativa contábil importante da Companhia. (b) **Provisão para riscos:** Como descrito na nota explicativa nº 19 às demonstrações financeiras, a Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais e administrativos que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

4. Gestão de riscos financeiros

4.1. **Fatores de risco financeiro:** As atividades da Companhia expõem a riscos financeiros tais como: risco de mercado (riscos de taxa de câmbio) e risco de crédito. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que define os níveis de exposição a serem utilizados. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada com o objetivo de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revisados, periodicamente, os limites de crédito. A política de gerenciamento de risco da Companhia foi estabelecida pela Diretoria Executiva. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são priorizados, quando necessário, para suportar a estratégia corporativa ou para manter o nível de flexibilidade financeira. A tesouraria da Companhia auxilia a Diretoria Executiva a examinar e revisar informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco. (a) **Risco de taxa de câmbio:** A Companhia opera no mercado internacional com a compra de trigo atrelados substancialmente ao dólar norte-americano. O resultado da Companhia é impactado pela variação cambial relativa as contas a pagar de fornecedores estrangeiros. Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a Companhia não possuía passivos relevantes denominados em moedas estrangeiras. (b) **Risco de crédito:** As políticas de vendas da Companhia estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e a diversificação das vendas (pulverização do risco). A Companhia restringe sua exposição aos riscos de crédito associados a bancos e aplicações financeiras efetuando seus investimentos em instituições de primeira linha.

5. Instrumentos financeiros por categoria

Os ativos financeiros da Companhia, como "caixa e equivalentes de caixa", "contas a receber de clientes" e "demais contas a receber", totalizando R\$150.383 (2018 – R\$178.643), são todos classificados na categoria de mensurados ao custo amortizado. Os passivos financeiros da Companhia, como "fornecedores" e "demais contas a pagar" totalizando R\$13.922 (2018 R\$12.978), são todos classificados como outros passivos financeiros.

6. Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão sujeitos a perda por recuperabilidade pode ser avaliada mediante um modelo estatístico comportamental que calcula a probabilidade de um cliente adimplente vir a inadimplir. O resultado deste cálculo possui três tipos de classificação:

	2019	2018
Clientes risco 1	41.608	48.708
Clientes risco 2	197	740
Clientes risco 3	891	555
	42.696	50.003

A qualidade do crédito dos ativos financeiros relativos às contas a receber de clientes é avaliada por metodologia interna de classificação dos clientes que considera o histórico de inadimplência da Companhia e acima podem ser assim classificados: • Risco 1 – grupo de clientes no ramo de atividade varejista, atacadista e indústria. • Risco 2 – grupo de clientes no ramo de atividade de distribuição. • Risco 3 – grupo de clientes no ramo de atividade em aplicação e no ramo de atividade "food service". As disponibilidades e aplicações financeiras da Companhia são servidas com as seguintes instituições financeiras:

	2019	2018
Banco Bradesco S.A.	5.624	69.431
Itaú Unibanco S.A.	1.050	15
Banco do Brasil S.A.	55.314	1.325
Caixa Econômica Federal	1.859	24.249
Santander Brasil S.A.	44.046	33.508
	107.893	128.528

7. Caixa e equivalentes de caixa

	2019	2018
Caixa	7	12
Balancos conta movimento	3.640	45

As propriedades para investimento da Companhia são as seguintes:

(i) Galpões localizados no próprio terreno do moinho de São Paulo, os quais são alugados para terceiros. O valor da receita de alugueis de 2019 e de 2018 está detalhado na nota explicativa nº 24. (ii) Imóvel localizado nas proximidades do moinho de Curitiba, sito Rua Engenheiro Leão Sounis, 273/277/281, Jardim Botânico, Curitiba – Paraná. Atualmente, o imóvel encontra-se desocupado. Tendo como referência o laudo de avaliação feito por empresa especializada, o valor pago na aquisição R\$3.093 – sofreu alteração ao valor justo, resultando perda no montante de R\$1.908. Conforme facultado pelo CPC 28, a Companhia mensura suas propriedades para investimento ao custo histórico deduzido da depreciação acumulada. Adicionalmente, para fins exclusivos de divulgação em notas explicativas, o valor justo foi determinado em transações observáveis no mercado devido à natureza do imóvel e à existência de dados comparáveis. Em dezembro de 2018 foi realizado como referência laudo de avaliação de ativo elaborado por especialista independente e, na avaliação do valor justo da propriedade de São Paulo resultou no montante de R\$51.225. Na avaliação da Administração, não há mudanças significativas no valor justo dos imóveis para 2019.

12. Imobilizado

	Terrenos		Instalações e instalações		Máquinas equipamentos		Outros (i)		Total em operação		Obras em andamento (ii)		Imobilizado total	
Saldos em 1º de janeiro de 2018	16.745	15.235	48.458	3.097	83.535	2.699	86.234					86.234		
Aquisições	1.380	1.986	17.151	710	21.227	1.069	22.296							
Transferências	–	–	2.066	–	2.066	–	–				(2.066)	–		
Valor residual dos bens baixados	–	–	–	–	–	–	–				(1.702)	–		
Depreciação	–	(870)	(3.101)	(896)	(4.867)	–	–				(4.867)	–		
Saldos em 31 de dezembro de 2018	18.125	16.351	64.574	2.911	101.961	–	101.961				–	–		
Custo total	18.125	33.091	135.122	8.489	194.827	–	194.827				–	–		
Depreciação acumulada	–	(16.740)	(70.548)	(5.578)	(92.866)	–	–				–	–		
Valor residual	18.125	16.351	64.574	2.911	101.961	–	101.961				–	–		
Saldos em 1º de janeiro de 2019	18.125	16.351	64.574	2.911	101.961	–	101.961				–	–		
Aquisições	–	1.118	1.975	1.117	4.210	–	4.188				–	–		
Transferências	(861)	747	(253)	11	(356)	–	356				–	–		
Valor residual dos bens baixados	–	(74)	(180)	(101)	(355)	–	(390)				(745)	–		
Depreciação	–	(1.123)	(4.124)	(996)	(6.243)	–	–				–	–		
Saldos em 31 de dezembro de 2019	17.264	17.019	61.992	2.942	99.217	–	99.217				–	–		
Custo total	17.264	34.882	136.664	9.516	198.326	–	198.326				–	–		
Depreciação acumulada	–	(17.863)	(74.672)	(6.574)	(99.109)	–	–				–	–		
Valor residual	17.264	17.019	61.992	2.942	99.217	–	99.217				–	–		

(i) O saldo de "Outros" inclui equipamentos de informática, móveis e utensílios e veículos, cujos valores residuais em 31 de dezembro de 2019 correspondem a R\$998, a R\$712 e a R\$1.232, respectivamente (2018 – R\$1.057, R\$646 e a R\$1.208, respectivamente). (ii) Bens em construção relacionados nas reformas e instalações nos moinhos de Curitiba e de São Paulo, com conclusão prevista para o ano de 2020.

13. Intangível

	Marcas e Patentes		Total
	Softwares (i)		
Valor residual	2.032	53	2.085
Saldos em 1º de janeiro de 2018	2.032	53	2.085
Aquisições (i)	402	–	402
Amortização	(733)	–	(733)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.701	53	1.754
Custo total	7.360	53	7.413
Amortização acumulada	(5.659)	–	(5.659)
Valor residual	1.701	53	1.754
Saldos em 1º de janeiro de 2019	1.701	53	1.754
Aquisições (i)	191	–	191
Valor residual dos bens baixados	–	–	–
Amortização	(661)	–	(661)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.231	53	1.284
Custo total	7.551	53	7.604
Amortização acumulada	(6.320)	–	(6.320)
Valor residual	1.231	53	1.284

(i) Os saldos correspondem, substancialmente, a softwares adquiridos para a administração fiscal e comercial.

14. Arrendamento mercantil

A Companhia arrenda sete ativos de edificações para operações de seus negócios na estratégia de distribuição de seus produtos, interligadas às duas fábricas industriais localizadas nas cidades de São Paulo, estado de São Paulo e Curitiba, estado do Paraná. O prazo médio dos arrendamentos é de 5 anos. A Companhia com a visão de ampliar suas operações na estratégia de distribuição de produtos, arrendou mais uma edificação na cidade de Jacareí no estado de São Paulo. O novo contrato de arrendamento tem vigência de 4 anos. Os valores dos arrendamentos, resultaram em adições aos ativos de direito de uso, passivos de arrendamentos e juros sobre os arrendamentos, e são representados por:

	2019	2018
a) Ativos de direito de uso		
Custo total	2.793	–
Saldos em 31 de dezembro de 2018	–	–
Saldos em 1º de janeiro de 2019	2.793	–
Aquisições por novos contratos	1.241	–
Reajuste de aluguel no exercício	55	–
Amortização e depreciação	(1.207)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2019	2.882	–
Custo total	4.089	–
Amortização e depreciação acumulada	(1.207)	–
Valor residual	2.882	–
b) Passivos de arrendamentos		
Valores a pagar de arrendamentos	2019	2018
Em até 1 ano	1.213	–
De 2 a 3 anos	1.399	–
De 3 a 4 anos	270	–
Total dos passivos a pagar	2.882	–
c) Juros a apropriar		
Valores devidos para liquidação em 12 meses – curto prazo – passivo circulante	2019	2018
	120	–
Valores devidos para liquidação após 12 meses – longo prazo – passivo não circulante	106	–
d) Movimentação do passivo de arrendamento		
Edificações		
Em 31 de dezembro de 2018	–	–
Saldos em 1º de janeiro de 2019	2.793	–
Ajuste por remensuração	55	–
Juros do período	168	–
Adições por novos contratos	1.241	–
Contraprestação paga	(1.375)	–
Em 31 de dezembro de 2019	2.882	–
e) Outras informações: A taxa de inflação e de risco utilizada pela Companhia na mensuração da taxa incremental de empréstimos foi de 4,25% e 0,9% respectivamente. Os contratos de arrendamento possuem pagamentos fixos.		

	2019	2018
Fornecedores de trigo nacional e estrangeiro	4.016	1.419
Fornecedores de materiais e serviços	8.720	10.040
	12.736	11.459

com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída. Os valores de perda possível por natureza estão apresentados a seguir:

	2019	2018
Trabalhista	416	560
Tributária	24.337	20.542
Cível	3	–
	24.756	21.102

A Administração em conjunto com a assessoria de seus advogados externos não espera a ocorrência de qualquer passivo relevante resultante dos passivos contingentes, além daqueles provisionados.

20. Outras provisões

Os valores de R\$1.490 provisionados em 2018, referem-se a créditos tributários sobre PIS e COFINS registrados em sua contabilidade referente a transações com importações, energia elétrica, fretes, alugueis com galpões, aquisição de ativo imobilizado, materiais intermediários e serviços utilizados no consumo, que serão discutidos na esfera administrativa. Em 2019 a Companhia decidiu em constituir no curto prazo provisão para eventos subsequentes e não constituir no longo prazo provisão dos créditos pleiteados com ressarcimentos de PIS e COFINS, tendo em vista que os mesmos estão sendo analisados e ressarcidos pela Receita Federal do Brasil num prazo máximo de 360 dias.

21. Patrimônio líquido

(A) Capital social: O capital social, em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 no valor de R\$168.943, é representado por 25.312.760 ações ordinárias e por 25.312.760 ações preferenciais, sem valor nominal. A Companhia possui ações preferenciais que não dão direito a voto, mas desfrutam de vantagens como a prioridade no reembolso do capital em caso de liquidação da sociedade e participam em igualdade de condições com as ações ordinárias em quaisquer outras vantagens. **(B) Reservas de lucros:** (i) **Reserva legal:** A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital. O saldo de reservas legais já atingiu o percentual de 20% do capital social, razão pela qual não houve novas constituições em 2019 e 2018. (ii) **Reserva de retenção de lucros:** Reserva constituída com base nos lucros auferidos em exercícios anteriores e não distribuídos aos acionistas, cuja destinação será decidida pelos próprios acionistas em Assembleia Geral. (iii) **Reserva de incentivos fiscais:** Refere-se à reserva para benefícios fiscais obtidos pela Companhia nos estados em que atua. Em 2019 e 2018, foram registrados no resultado dos exercícios os montantes de R\$53.746 e R\$54.994, respectivamente, a título de incentivos fiscais obtidos. A Companhia constituiu em 2019 a reserva para incentivos fiscais referentes aos benefícios obtidos em 2019 e 2018. **(c) Juros sobre o capital próprio e distribuição de lucros:** Em conformidade com a Lei nº 9.249/95, a Administração da Companhia aprovou, em atas de reunião do Conselho de Administração, realizadas durante o exercício, a distribuição a seus acionistas de juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação da Taxa de Juros a Longo Prazo (TJLP). Em atendimento à legislação fiscal, o montante dos juros sobre o capital próprio no valor de R\$20.867 (2018 – R\$20.867), foi contabilizado como despesa financeira. **(d) Dividendos:** (i) **Dividendos obrigatórios:** Conforme estabelecido no estatuto social da Companhia é assegurado aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório de 2% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A proposta de dividendos consignados nas demonstrações financeiras está sujeita à aprovação da Assembleia dos Acionistas. A apuração dos dividendos referente ao resultado apurado durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 são como segue:

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	130.699	98.812
(-) Reserva de incentivos fiscais	(53.746)	–
Lucro líquido do exercício disponível para distribuição	76.953	98.812
Dividendos mínimos obrigatórios, conforme previsão estatutária – 2%	1.539	1.976
Pagamentos efetuados aos acionistas:		
Dividendos mínimo obrigatório	1.539	1.976
Juros sobre o capital próprio provisionados	20.867	20.867
	22.406	22.843
Percentual de dividendos propostos e pagos em relação ao lucro líquido disponível para distribuição do exercício	29%	23%

(ii) Dividendos complementares pagos e a pagar: Em 10 de outubro de 2018, por meio da Ata de reunião do Conselho de Administração, foi aprovada a distribuição de juros sobre capital próprio relativo ao período de outubro a dezembro de 2018, no valor de R\$4.313, e dividendos no valor de R\$5.687, cujos valores foram pagos em 10 de janeiro de 2019. Em 7 de junho de 2019, por meio da Ata de reunião do Conselho de Administração, foi aprovado e pago a distribuição de dividendos mínimos e dividendos relativos ao exercício de 2018, no valor de R\$1.976 e de R\$23.024, respectivamente. Em 23 de outubro de 2019, por meio da Ata de reunião do Conselho de Administração, foi aprovado o pagamento de dividendos complementares ao exercício de 2018 no valor de R\$40.886, cujo valor foi pago em 23 de outubro de 2019, e provisionamento de juros sobre capital próprio do período de janeiro a setembro de 2019, no valor de R\$14.114, cujo valor também foi pago em 23 de outubro de 2019. Em 23 de outubro de 2019, por meio da Ata de reunião do Conselho de Administração, foi aprovada a distribuição de juros sobre capital próprio relativo ao período de outubro a dezembro de 2019, no valor de R\$3.623, e dividendos no valor de R\$6.377, cujo valores foram pagos em 7 de janeiro de 2020. A movimentação dos dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 é demonstrada conforme segue:

	2019	2018
Saldo inicial	11.976	12.232
Dividendos provisionados	71.826	57.007
Juros sobre o capital próprio provisionados	17.737	17.737
Dividendos pagos	(70.287)	(57.612)
Juros sobre o capital próprio pagos	(17.737)	(17.388)
Outros	–	–
Saldo final	11.539	11.976

22. Receitas de vendas

	2019	2018
Mercado interno – produtos	661.685	667.369
(-) Impostos incidentes sobre vendas	(24.582)	(26.175)
(-) Devoluções e descontos	(16.404)	(15.293)
(-) Bonificações	(1.514)	(1.496)
	619.185	624.405

23. Custos e despesas por natureza

	2019	2018
Consumo de matéria prima e materiais	(414.662)	(405.941)
Despesas com salários e benefícios a empregados	(48.886)	(46.001)
Despesas variáveis com vendas e marketing	(13.706)	(14.772)
Serviços de terceiros	(8.611)	(8.156)
Depreciações e amortizações	(7.227)	(5.901)
Gastos com instalações	(2.432)	(2.535)
Combustíveis e energia	(1.118)	(1.074)
Outras despesas	(5.549)	(9.933)
Custo total das vendas, despesas com vendas, gerais e administrativas	(502.191)	(494.313)

(a) Despesas com salários e benefícios a empregados

	2019	2018
Salários	(33.093)	(31.818)
Encargos sociais	(8.920)	(8.108)
Outros benefícios a empregados	(6.873)	(6.075)
	(48.886)	(46.001)

24. Outras receitas operacionais, líquidas

	2019	2018
Resultado na venda de bens do ativo imobilizado	72	92
Arrendamento de imóveis	914	577
Outras receitas (despesas) operacionais	889	(257)
	1.875	412

25. Receitas e despesas financeiras

	2019	2018
Juros sobre despesas bancárias	(82)	(33)
Outras despesas financeiras	(1.151)	(2.174)
Despesas financeiras	(1.233)	(2.207)
Rendimentos de aplicações financeiras (Nota explicativa nº 7)	7.053	8.097
Juros de mora recebidos	3.551	478
Atualização monetária de créditos fiscais	1.184	–
Descontos obtidos	206	151
Varição cambial	1.409	2.171
Receitas financeiras	13.403	10.897
Resultado financeiro líquido	12.170	8.690

26. Imposto de renda e contribuição social

	2019	2018
(a) Saldo patrimonial		
Diferenças temporárias:		
Provisão para riscos	592	1.180
Provisão para corte de receita de vendas	254	151
	846	1.331

Imposto de renda diferido passivo:
Diferença entre vida útil e taxa fiscal do imobilizado (i) (7.492) (6.364)
Total imposto de renda diferido passivo (7.492) (6.364)
Saldo do imposto de renda diferido ativo (passivo) (6.646) (5.033)

(i) Trata-se de diferença temporária de taxas de depreciação ocorrida em virtude da revisão da vida útil de edificações e máquinas e equipamentos a partir de 1º de janeiro de 2014. **(b) Despesa do imposto de renda e da contribuição social:** Os valores de imposto de renda e contribuição social são reconciliados com as alíquotas nominais como segue:

	2019	2018
Lucro antes da contribuição social e do imposto de renda	131.039	139.194
Juros s/ capital próprio	(20.867)	(20.867)
	110.172	118.327
Alíquotas de impostos vigentes – %	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(37.459)	(40.231)
Reconciliação para a alíquota efetiva:		
Diferenças permanentes	(131)	(56)
Incentivos fiscais (i)	37.200	451
"Impairment"	–	(649)
Outros	50	103
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(340)	(40.382)
Corrente	1.273	(39.192)
Diferido	(1.613)	(1.190)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(340)	(40.382)

(i) Incentivos fiscais de ICMS considerados subvenções para investimento.

27. Resultado por ação – básico e diluído

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações durante o exercício. O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas. Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, as ações da Companhia não possuíam nenhum efeito dilutivo.

	2019	2018
Lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia	130.699	98.812
Quantidade média ponderada de ações emitidas (em milhares)		